RELATÓRIO
E CONTAS
2016

BIR
Banco de Investimento Rural

BIR

Banco de Investimento Rural

ACREDITAMOS NA NOSSA TERRA

Índice

1. PRINCIPAIS INDICADORES	4
2. ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ACCIONISTA	6
3. GESTÃO E SUPERVISÃO DAS DIRECÇÕES	10
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
5. O BIR	17
6. ÁREAS DE NEGÓCIO	22
7. ÁREAS DE SUPORTE E CONTROLO	25
8. PERSPECTIVAS PARA 2017	30
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
10. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	51
11. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	54

1 - PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRITIVO	2016	2015
Activo Total	4 346 959	1 469 126
Crédito Bruto	168 969	175 133
Depósitos de Clientes	2 788 432	298 948
Produto Bancário	298 522	14 190
Margem Financeira	66 180	10 961
Resultado Líquido	-493 811	-979 706
Fundos Próprios Regulamentares	1 237 406	782 860
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	27,91%	94,31%
Rendibilidade do Activo Total (ROA)	-11,36%	-66,69%
Rendibilidade dos Fundos Próprios (ROE)	-16,74%	-90,30%
Rácio de Transformação	6,06%	58,58%
Nº Balcões	1	1
Nº ATM	2	2
Nº Colaboradores	35	32

Montantes expressos em milhares de kwanzas, excepto quando indicado em percentagem.

2 – ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ACCIONISTA

2.1 – ESTRUTURA ACCIONISTA

A 31 de Dezembro de 2016 o capital do BIR detido por cinco accionistas, tem a seguinte composição:

Accionistas	Participação
Hélder Marcos Nunes da Silva	20%
Joana da Paixão Franco	20%
João Henriques Pereira	20%
Manuel João Fonseca	20%
Valdomiro Minoru Dondo	20%
	100%

2.2 - ORGÃOS SOCIAIS

❖ Modelo de Governação e Órgãos Sociais

O modelo de governação e gestão escolhido, em fase de consolidação, visa o reforço dos poderes da Assembleia Geral, equilibrando os relacionados com a responsabilidade de supervisão e controlo, através da reportabilidade directa do Conselho Fiscal, Comissão de Remunerações e Conselho Superior de Estratégia – conferindo este ultimo, um espaço aos accionistas, para a sua intervenção e acompanhamento da gestão do Banco em matérias ligadas à concepção, formulação e vigilância de políticas, estratégias e actividade operacional substantiva do Banco.

Os membros dos órgãos sociais são nomeados pela Assembleia Geral por um quadriénio. Para cada mandato é aprovado pelos accionistas um plano de negócios cuja implementação é da responsabilidade do Conselho de Administração. O actual mandato decorre de Fevereiro de 2014 a Dezembro de 2017 mantendo-se o Conselho em funções até a apresentação das contas do exercício nos termos da lei.

A estrutura de gestão é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão de Remunerações, todos eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração é composto por (5) membros, sendo (3) executivos, com poderes delegados, que integram a sua Comissão Executiva e (2) não executivos, tendo por base um modelo de governação, reflectindo a separação de poderes entre o Conselho de Administração – ocupando-se este com a estratégia, supervisão e controlo e a Comissão Executiva com a gestão operacional do Banco.

O Conselho Fiscal é composto por (5) membros sendo (3) efectivos e (2) suplentes.

Ao abrigo do Aviso n.º 1/13 de 19 de Abril do BNA a remuneração dos Órgãos Sociais, é fixada pela Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral de Setembro de 2016 foi aprovada a constituição de um órgão consultivo, o Conselho Superior de Estratégia, tendo como objectivo, acompanhar com maior proximidade e de forma contínua, a estratégia de negócio e risco, bem como, o funcionamento e a performance da instituição.

O Conselho de Administração, nesta fase de implementação do Banco e, face ao actual quadro social e económico do país, tem vindo a privilegiar um forte compromisso com o crescimento e estabilidade operacional do Banco, sendo exemplo disso, o estabelecimento de medidas que incluem a estruturação de unidades visando aprimoramentos em relação à gestão e controlo de riscos, de que se destaca a implementação da "Comissão de Acompanhamento do Sistema de Controlo Interno" (SCI) e "Comissão de Gestão de Risco".

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	João Henrique Pereira
Secretária Geral	Arminda Julia Coelho Mateus

Conselho de Administração/ Comissão Executiva	
Presidente da Conselho de Administração	António da Silva Inácio
Presidente da Comissão Executiva	Rosário José Matias
Administradora Executiva	Fernanda Santos
Administradora Executiva	Joana da Paixao Franco
Administrador não Executivo	Manuel João Fonseca

Conselho Fiscal	
Presidente	Faustino Mpemba Madia
1º Vogal	Carlos Ferraz
2º Vogal	Nuno Ricardo Duarte Barros
1º Suplente	João Nuno Fernandes Prata
2º Suplente	Carmen Patricia Fernando

2.3 – AUDITOR EXTERNO

PWC – (Contratado em Setembro de 2015)

A auditoria externa é assegurada pela *PriceWaterhouseCoopers* & Associados Lda. De acordo com a legislação em vigor (Aviso nº 4/2013 do BNA), os auditores externos não poderão permanecer por um período superior a quatro anos. O Banco segue uma política de garantir a independência e objectividade dos auditores externos.

2.4 – PERFIL INSTITUCIONAL

MISSÃO

Fortemente imbuída de espírito de responsabilidade social, a missão do BIR está centrada em três premissas:

- Promover o Desenvolvimento Regional Sustentável
  Criando estratégias de desenvolvimento agrícola, permitindo o acesso a mecanismos e infra-estruturas inerentes à actividade, que se traduzem no estímulo ao emprego, fomento ao empreendedorismo e à dinamização económica e social.
- Contribuir para o crescimento do Agro-Negócio
  Focando o objectivo numa maior qualidade e produtividade, melhor aproveitamento dos recursos inerentes, maior incorporação de valor através de transformação, disponibilizando instrumentos mais eficazes que simplificam os vários processos intrínsecos à industrialização da actividade.
- Prestar serviços de utilidade pública
  Dando prioridade ao interesse comum, criando uma rede que opera a nível local com uma visão global, contribuindo para o desenvolvimento rural e para a fixação das comunidades.

VALORES

Os valores do BIR reflectem, acima de tudo, a essência de uma Instituição que tem na satisfação e sucesso dos clientes a sua maior motivação.

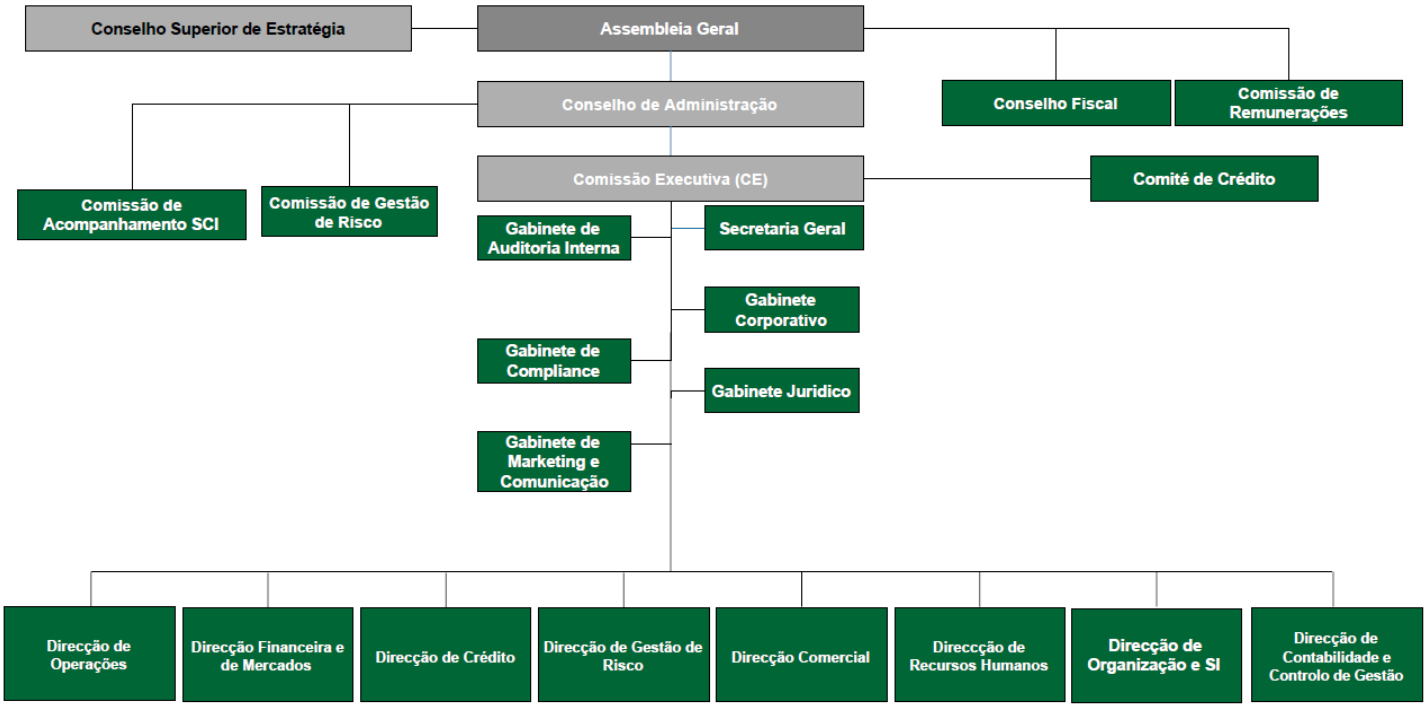
- **Confiança**
  Ser um parceiro íntegro nos negócios dos nossos clientes, responsável e de confiança que garante no dia-a-dia os seus compromissos.
- **Profissionalismo**
  Envolvido fortemente no compromisso, na seriedade e no conhecimento técnico, desempenhando a sua actividade com maior rigor, objectividade e orientação para resultados.
- **Inovação**
  Assenta na exploração contínua de novas ideias, processos e soluções, criando um futuro melhor.

3 – GESTÃO E SUPERVISÃO DAS DIRECÇÕES

O organigrama do Banco é caracterizado por uma estrutura plana e flexível, adaptável às exigências regulamentares e operacionais.

Esta estrutura permite simultaneamente uma clara segregação das funções de cada direcção e linhas de comunicação directas e rápidas.

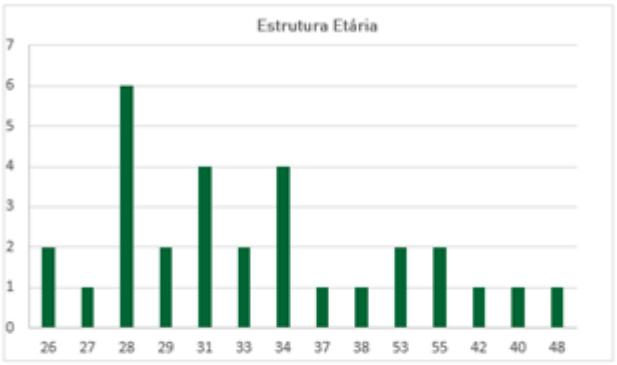
Dada a dimensão das direcções, esta estrutura com um efectivo de (35) colaboradores (incluindo o Conselho de Administração), permite o intercâmbio directo, necessário e operativo com a administração.



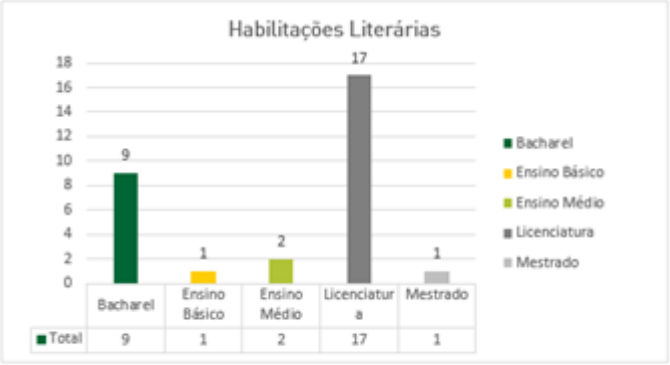
Os colaboradores estão distribuídos pelas diferentes áreas do banco, conforme indicado:

DESIGNAÇÃO	2015	2016
Administração	5	5
Direcção	9	11
Técnicos	7	9
Administrativos	11	10
Total	32	35

Cada direcção dispõe de um conjunto de funções e atribuições bem definidas, que inclui a gestão não só da sua direcção, mas também, em alguns casos e, em regime transitório, as funções de outras áreas, até à completa estruturação do Banco.



A média etária dos colaboradores (excluído o CA) é de 34 anos.



A nível de formação académica, cerca de 90% dos colaboradores são licenciados ou frequentam a universidade.

Os programas de formação e capacitação efectuados visam além da adaptação ao nicho de negócio que o Banco está focalizado, a componente de banca comercial e cumprimento de normas e regulamentos de gestão emanados pelo órgão central.

As direcções apresentam um conjunto de relatórios e informações adicionais para acompanhamento da sua actividade pelo conselho de administração, que conta com o apoio directo dos seus administradores de pelouro, sendo as principais decisões de gestão corrente tomadas com a participação do respectivo responsável e administrador do pelouro.

4 – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

❖ A Economia Mundial

Os actuais níveis de incerteza têm contribuído para um adiamento da retoma da actividade económica mundial. Apesar do crescimento observado nas economias desenvolvidas de referência, registaram-se desequilíbrios nos mercados emergentes, determinados sobretudo pela instabilidade do mercado petrolífero, que contribuíram para uma desaceleração económica global em 2015.

As projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma recuperação da economia em 2017 e 2018, especialmente nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento persistindo, no entanto, uma grande dispersão de resultados possíveis em torno das projecções dada a incerteza que rodeia a orientação das políticas do governo dos EUA e suas ligações internacionais.

Segundo as projecções do Banco Mundial o ano de 2016, assinalou, pela primeira vez na história, a queda a um nível inferior a 10%, da população global que vive em pobreza extrema, isto é, com menos de US$ 1,90 por dia, o actual ponto de referência da pobreza extrema, de acordo com os termos definidos na Agenda 2030 para os objectivos de desenvolvimento sustentável.

Apesar do crescimento económico contribuir para a redução da pobreza extrema, ainda permanecem riscos desfavoráveis substanciais para a economia global, tais como, a persistência de preços baixos do petróleo e outros produtos básicos, ao que se pode incluir os conflitos regionais e consequentes migrações forçadas de populações, que podem constituir igualmente, ameaças complexas e críticas à prosperidade de longo prazo da economia mundial.

❖ Economias Emergentes

Relativamente às economias emergentes, a queda dos preços registada no mercado petrolífero contribuiu para o registo de desequilíbrios macroeconómicos que resultaram em contracções no investimento e nas importações em 2015.

O crescimento global em 2016 situou-se em 3,1%, um valor em linha com a previsão de Outubro de 2016. Espera-se que a actividade económica irá acelerar em ambas as economias avançadas e nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento (EMED) em 2017-18, sendo o crescimento global projectado em 3,4% e 3,6%, respectivamente. Destaca-se, também, que a economia mundial está a aumentar o ritmo de crescimento, em comparação com o resultado de 2,4% de 2015. Os países em desenvolvimento crescerão em 4,8%, os EUA em 2,7%, a zona do euro em 1,7% e a China em 6,7%.

O actual contexto económico reforça a necessidade de aplicação de políticas que salvaguardem o crescimento no curto prazo, bem como, o aumento do potencial de produção e a gestão de vulnerabilidades existentes.

❖ Economia em África

No exercício financeiro de 2016, uma prioridade foi fortalecer a resposta do desenvolvimento ao deslocamento forçado mediante a realização de um trabalho analítico para criar um mecanismo de participação operacional, bem como desenvolver um enfoque conjunto entre sete bancos multilaterais de desenvolvimento. No intuito de promover o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos, o Banco Mundial foi sede do Fórum Global sobre Fragilidade no início de 2016, colaborando com mais de 100 organizações. A colaboração com os seguintes parceiros apoia a realização eficaz do seguinte: Programa Global sobre Deslocamento Forçado, Fundo Fiduciário da Parceria ONU-Banco Mundial para Situações de Fragilidade e Conflito, Fundo para Consolidação do Estado e da Paz e Fundo Fiduciário da Coreia para Transições Económicas e Consolidação da Paz.

O Banco Mundial financia operações que visam enfocar os impulsores da fragilidade, incluindo mais assistência às pessoas vulneráveis deslocadas por conflito. Na África, o Banco Mundial proporcionou créditos da AID no total de cerca de US$ 250 milhões a pessoas deslocadas involuntariamente e às comunidades anfitriãs na República Democrática do Congo, Djibuti, Etiópia, Uganda e Zâmbia. O maior volume de financiamento na região reconhece que o deslocamento forçado é um desafio global.

❖ A Economia em Angola

O choque dos preços do petróleo e o seu efeito prolongado desde 2014, afectando consideravelmente as receitas fiscais e as exportações, levou à contracção dos ritmos de crescimento da economia de tal forma que se estima que em 2016, se tenha registado um nível inferior a 1%.

A inflação anual registou, no final do 2016 – a maior taxa (cerca de 42%) em mais de uma década – reflectindo preços internos mais elevados, em particular, dos combustíveis e um kwanza mais fraco decorrente dos desequilíbrios dos mercados, monetário e cambial.

Com objectivo de bloquear a ameaça do ritmo inflacionista, a condução da política monetária foi mais restritiva com impactos no crescimento e solidez do sistema bancário, sendo de destacar, as iniciativas do regulador, na introdução de uma diversidade de normativos em matéria de risco e regulação orientados para as melhores práticas internacionais.

Os Bancos foram pressionados a dedicar maiores esforços não só, de tipo organizacional, em modelos de gestão de risco, aumentando o nível de exigências nos processos de crédito privilegiando acções de reestruturação e, contraindo fortemente as operações de concessão, bem como as associadas ao aumento de provisões e reforço dos capitais próprios, visando a sua adequação aos rácios regulamentares.

Estima-se, que o défice da conta corrente, tendo registado um máximo de 10% do PIB em 2015, venha a diminuir para metade em 2016-17, à medida que as importações continuem a ajustar-se à disponibilidade limitada de divisas

As reservas internacionais (RIL), embora registando uma ligeira diminuição, ainda permanecem relativamente confortáveis verificando-se o contrário, no grande diferencial existente no final do ano, entre as taxas de câmbio dos mercados informal e primário, o que indica um desequilíbrio significativo no mercado cambial.

Angola deverá voltar a apresentar taxas de crescimento a partir do ano em curso, depois de em 2016 ter registado um aumento apenas de 0,6%, fundamentalmente, devido à quebra das receitas com a venda de petróleo, de acordo com o mais recente relatório da *Economiste Intelligence Unit* (EIU).

Entretanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em forte baixa a previsão de crescimento de Angola com uma expansão somente de 1,5% em 2017.

❖ A Inflação e Taxa de Câmbio

Indicadores Económicos (BNA)	2016	2016
Taxa de Inflacção	41,95	14,27
Taxa de Câmbio	165,9	135,3

O FMI prevê uma taxa de inflação de 38,5 % para 2017 sendo, de registar nos primeiros meses do ano, a contínua deterioração dos preços e a tendência decrescente do poder aquisitivo, bem como, a capacidade em se efectuar poupanças.

5 – O BIR

O Banco de Investimento Rural (BIR) é a 24ª instituição financeira em Angola, fundada em 2013, e actualmente regista um capital realizado de Akz 2,950 M. É um banco de matriz regional, e, no decorrer de 2017 pretende abrir um centro de atendimento na província de Luanda.

Foi inaugurado em 28 de Fevereiro de 2015, por determinação regulamentar do BNA, tendo os primeiros (6) meses de actividade sido absorvidos na operacionalização dos processos tecnológicos, administrativos, operacionais e de negócio.

O Banco de Investimento Rural foi criado com o intuito de apoiar as necessidades do sector do agronegócio, vindo deste modo preencher um espaço no sistema e, enriquecer a oferta de serviços bancários.

Enquanto instituição bancária, o BIR tem como objectivo ser uma entidade diferenciadora na forma como endereça as necessidades deste mercado, nomeadamente nas competências técnicas e financeiras que disponibiliza, assim como nas relações que mantém com os agentes e entidades ligados ao meio rural.

O BIR ambiciona implementar os seus balcões em municípios com reduzida oferta bancária contribuindo assim para um crescimento económico mais homogéneo e equilibrado, sem descurar, naturalmente, os centros de decisão de negócio.

Apresentando também uma visão integrada do mundo rural, a aposta do BIR assenta na oferta de uma gama de produtos e serviços de valor acrescentado de Banca Comercial, assim como de Banca de Investimentos especializada, decorrente do crescimento e evolução do volume de negócios e respectivos agentes.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

❖ 2013

Autorização do Banco de Investimento Rural

O Banco Nacional de Angola autoriza, em Outubro, a constituição do Banco de Investimento Rural, SA, cuja sede social se localiza na cidade de Malanje.

Constituição do Banco de Investimento Rural

É constituída formalmente por escritura pública outorgada a 5 de Novembro a sociedade Banco de Investimento Rural, S.A.

❖ 2015

Inauguração oficial do Banco de Investimento Rural

A 28 de Fevereiro foi inaugurada a primeira e única agência na cidade de Malanje. A sede aonde se deveriam concentrar todos os serviços centrais, é contígua à agência e são obras de raiz e financiadas pelo Banco.

O espaço projectado para a agência e sede do Banco, expressa o foco de negócio e a aposta dos promotores no engajamento da diversificação da economia, respondendo assim a necessidade de alinhamento económico do país.

Deliberado Aumento de Capital Social

Na reunião de Assembleia Geral de 5 de Agosto foi deliberado o aumento do Capital Social para **AKZ 2.950.000.000.00**.

Abertura de conta em banco correspondente

Em Outubro, conclui o processo de abertura de conta no correspondente e, no início de Novembro, começa a participar nas sessões de leilões do BNA.

BirNet

Em Novembro, foi lançado o *website* oficial do BIR na Internet.

❖2016

Abertura de um segundo Banco correspondente

Em Janeiro o BIR passou a contar com mais um banco para o reforço das operações a nível da praça internacional.

Aprovação do Concelho Superior de Estratégia do BIR

Na reunião da Assembleia Geral extraordinária de dia 29 de Setembro, foram aprovados os Estatutos do Conselho Superior de Estratégia, e, igualmente, nomeados os seus membros.

Conclusão do aumento do Capital Social

Em Dezembro para fazer face ao plano de crescimento e sustentabilidade do Banco, os accionistas concluíram o aumento do Capital Social.

Durante o ano, foram desenvolvidas e realizadas parcerias no âmbito do executivo e privado e, com instituições financeiras nacionais e internacionais.

BIR no *LinkedIn*

Lançamento da abertura da conta BIR no *LinkedIn* a 15 de Dezembro.

ANÁLISE FINANCEIRA

O activo aumentou de 2015 para 2016 em cerca de 196% tendo para tal contribuído o investimento em títulos e valores imobiliários e o crescimento das disponibilidades.

O decréscimo em crédito registado resulta da devolução atempada, ao Banco, de documentação contratual de processos eleitos e conseguidos. A obtenção de processos de créditos estruturados tem sido um esforço continuado do Banco, contribuindo com suporte e consultoria necessários para o efeito.

Milhares Akz

Activo	2016	2015
Disponibilidades	2.295.625	346.213
Títulos e Valores Mobiliários	1.186.909	19.540
Operações Cambiais	3.798	79
Créditos	167.208	173.382
Outros Valores	372.893	532.633
Imobilizações	320.526	397.279
Total	**4.346.959**	**1.469.126**

A carteira de depósitos aumentou cerca de 89 %, relativamente ao período homólogo, evidenciando o processo de implantação do Banco no sistema bancário inserido.

Milhares Akz

Passivo	2016	2015
Depósitos	2.788.432	298.948
Obrigações no sistema de pagamentos	4.625	1.256
Operações cambiais	46.916	618
Outras obrigações	30.503	83.313
Total	**2.870.476**	**384.135**

A margem financeira com um crescimento de cerca de 500% em relação a 2015, demonstra o início conseguido de operações do banco, devido à estruturação e dotação da operação BIR.

Milhares Akz

Margem Financeira	2016	2015
Proveitos de instrumentos financeiros activos	**69.929**	**11.392**
Proveitos de aplicações de liquidez	25.423	9.696
Proveitos de títulos e valores mobiliários	24.279	894
Proveitos de crédito a clientes	20.227	802
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos	**-3.749**	**-431**
Custos de depósitos de clientes	-3.749	-431
Total	**66.180**	**10.961**

O resultado de intermediação financeira verificou um aumento considerável, passando de 14 milhões em 2015 para 298 milhões de Akz em 2016. Com a participação do Banco nos leilões, resultou um incremento de operações cambiais e de serviços financeiros.

A participação do BIR como os demais bancos da praça obedece a limites impostos pela regulamentação do banco central, tendo em atenção os seus fundos próprios regulamentares.

Milhares Akz

Resultado da Intermediação Financeira	2016	2015
Margem financeira	66.180	10.961
Resultado de Operações Cambiais	111.128	1.839
Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	121.223	3.141
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Dotação de Garantias	-9	-1.751
Total	**298.522**	**14.190**

Os elevados custos administrativos, nomeadamente custos com pessoal e fornecimento de terceiros, é coerente e adequado à fase de crescimento do Banco. O aumento de cerca de 40% reflete o preçário dos fornecedores com seguros de saúde e trabalho, face à depreciação da moeda nacional e, outros ajustes, verificados na grelha salarial da instituição.

As receitas ainda não são suficientes para contrapor os custos operacionais, prevendo entretanto, que os custos se vão ajustando ao ritmo operacional, ao longo dos exercícios futuros.

Milhares Akz

Custos de Estrutura	2016	2015
Custos com Pessoal	-415.484	-291.875
Fornecimento e Serviços de Terceiros	-255.430	-630.920
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	-2.751	-633
Penalidades aplicadas por entidades reguladoras	-3.832	-92
Outros custos administractivos e de comercialização	-1.866	-4.460
Depreciação e amortizações	-109.004	-65.916
Total	**-788.367**	**-993.896**

6 – ÁREAS DE NEGÓCIO

BANCA COMERCIAL

Em 2016, segundo ano do exercício da actividade do Banco, manteve a sua estratégia comercial no sentido de consolidar a sua base de clientes. Para o efeito foram implementadas acções comerciais, no sector do agronegócio, nas mais variadas vertentes, das quais se destacam:

- Captação de Grandes Grupos empresariais;
- Desenvolvimento de ofertas específicas para PME's e Private
- Implementação dos processos de importação (CRDI);
- Recolha e avaliação da diversificação dos processos de crédito ligados à cadeia de valor do agronegócio;
- Negociações de processos de crédito, no âmbito do Programa Angola Invest;
- Apoio e consultoria aos clientes direccionados ao Agronegócio;
- Divulgação dos serviços de banca electrónica e instrução na sua forma de utilização;

A maximização das opções de ofertas de produtos e serviços, no quadro do leque existente, foi acção de actuação comercial, no intuito de promover a marca BIR e, organizar e implementar a carteira de recursos e de clientes da instituição.

.

❖ PRODUTOS E SERVIÇOS

EMPRESAS	PARTICULARES
Contas	
Contas de Depósito à Ordem	Contas de Depósito à Ordem
Contas de Depósito a Prazo	Contas de Depósito a Prazo
Cartões	
	Cartão de Débito
Serviços	
Pagamentos de Salários	Compra e Venda Moeda Estrangeira
Pagamentos a Fornecedores	Banca de Seguros (Serviço de Seguros)
Recolha de valores às instalações	Transferências Internacionais rápidas
Agências	Bir Net (Serviço de Internet banking)
Bordereaux na hora	Alerta de Eventos (Email)
Bir Net (Serviço de Internet banking)	
Serviço de Seguros	
Consultoria, Apoio ao Investidor	
Crédito	
Facilidades de Crédito	Consumo
Project Finance	Automóvel
Corporate Finance	Multiusos
Conta Corrente Caucionada	
Descoberto em Conta	
Crédito Documentário	
Garantias Bancárias	

MERCADOS	OPERAÇÕES
Bilhetes de Tesouro	Ordens de pagamento (Nacionais e Internacionais)
Obrigações de Tesouro	Crédito Documentário
Bancos Correspondentes	Remessas Documentárias (Importação)
Gestão de Tesouraria	Garantias e Avales
Swaps/ Foward	STC (sistema de Tranferências a Crédito)
Swaps/ Foward	SPTR (Sistemas de Pagamento Tempo Real)
	Financiamentos Externos
	Licenciamento de Operações junto do BNA
	Envio de Swifts

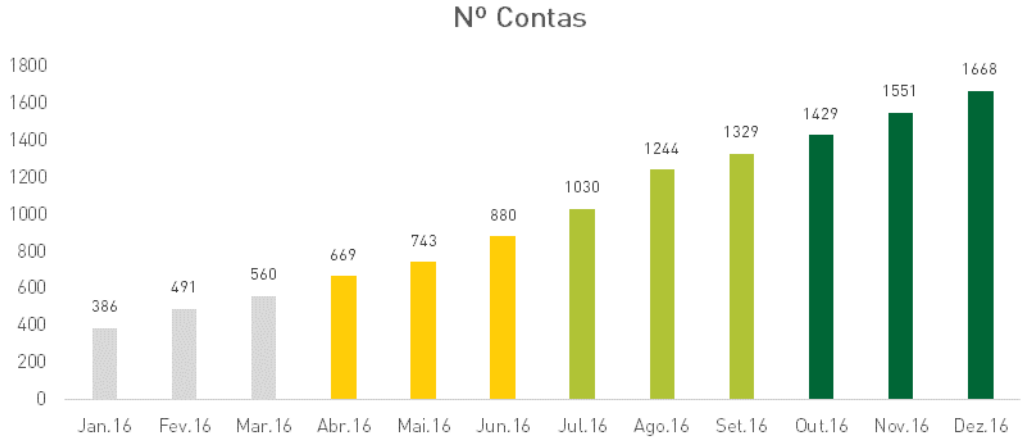
O principal foco de actuação do Banco é orientado para a cadeia de valor do agronegócio, no desenvolvimento das cooperativas agrícolas e para as pequenas e médias empresas dos diversos sectores económicos que suportam o agronegócio, que desenvolvam relações comerciais com outros países, dentre os quais, Portugal China, Africa do Sul e Brasil.

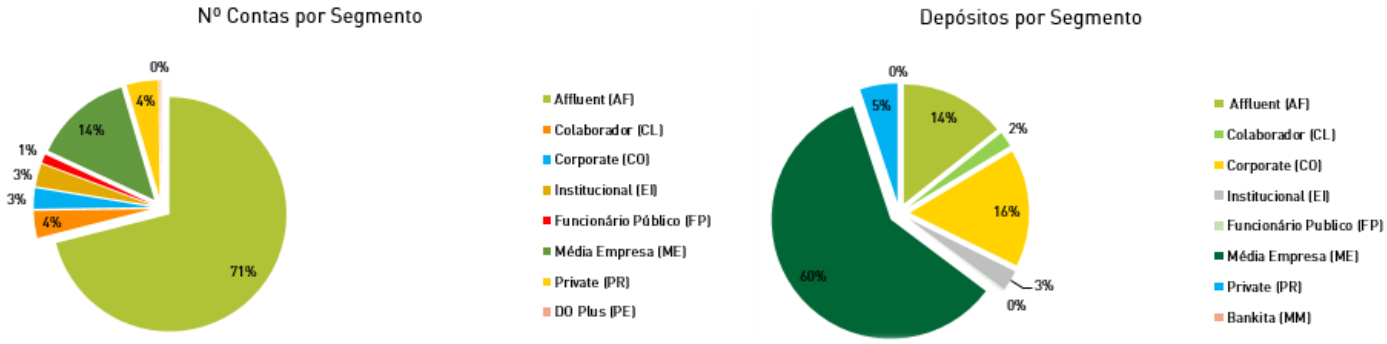
Neste nicho de mercado, o BIR, quer distinguir-se pela capacidade de criação de valor para os seus clientes, através da prestação de serviços financeiros de forma ágil e flexível, aproveitando a experiência e as sinergias que resultam do facto da sua sede estar em Malanje, zona com forte tendência para o agronegócio.

Apesar do país encontrar-se numa fase financeira menos favorável, o segmento do agronegócio, continua a ser um sector atractivo na economia, face às potencialidades existentes. O facto da estrutura financeira das empresas angolanas apresentar, de uma forma geral, um nível de endividamento excessivo, exige por parte das instituições elevada cautela na concessão de crédito.

❖ CLIENTES E RECURSOS

A área de Banca Comercial tem como missão a prestação de serviços de elevada qualidade ao sector empresarial, ao abrigo de uma estratégia de negócio claramente definida, que envolve a captação selectiva de clientes.





7 – ÁREAS DE SUPORTE E CONTROLO

❖ SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O exercício da actividade core e a componente administrativa é toda suportada por uma infra-estrutura tecnológica que suporta a agregação de adequados sistemas de tecnologias de informação de acordo as exigências actuais. A Direcção de Organização e Sistemas de Informação, assegura também de forma transversal a formalização de processos e fluxos procedimentais que os implementa com base no beneplácito dos responsáveis das áreas envolvidas e a aprovação da Administração.

2016 foi um ano de levada exigência regulamentar em matéria de adequação dos sistemas tecnológicos face a necessidade das instituições financeiras nacionais adoptarem padrões de *report* internacionalmente aceites. Neste sentido a DOSI ocupou-se de contratar e acoplar ao sistema core um conjunto de módulos que viessem assegurar dentro dos *timings* impostos as funcionalidades requeridas para o desenvolvimento da actividade num plano de conformidade.

O estágio de consolidação que o banco atravessa exige da DOSI permanente envolvimento em novos projectos que visam a robustez da plataforma, a segurança dos processos e a eficiência operacional.

❖ GESTÃO DO RISCO

A gestão de risco no BIR assenta numa perspectiva de constante identificação e análise da exposição e diferentes tipos de risco (Riscos Financeiros e Não Financeiros), visando sempre a maximização de resultados face aos riscos, observando restrições previamente estabelecidas e devidamente supervisionadas. Assume relevante importância na estratégia global do Banco, adoptando as boas práticas e princípios nesta área, nomeadamente em termos de independência, transparência, segregação de funções, visão e gestão integrada dos vários tipos de riscos inerentes ao negócio, visando garantir conformidade legal e regulamentar, a salvaguarda da solvabilidade e solidez financeira do Banco numa lógica de longo-prazo.

O Banco possui um conjunto de linhas orientadoras e políticas para cada categoria de risco que assentam, essencialmente, na identificação dos riscos, na sua avaliação qualitativa e quantitativa e posterior definição de prioridades, na determinação de planos de acção e posterior monitorização do risco desde a análise até ao nível aceite pela instituição.

❖ MODELO DE RESPONSABILIDADES NA GESTÃO DO RISCO

Para a gestão dos riscos, o Banco formalizou a Política de Gestão do Risco que é encarada como o documento estrutural, a qual engloba a totalidade dos riscos considerados relevantes que decorrem da sua actividade, na medida da sua dimensão, natureza e complexidade.

A gestão comporta uma estrutura de controlos internos e de avaliações que integra o modelo das três linhas de defesa:

- **Primeira linha de defesa:** Direcções de Negócio – gerem o risco associado às suas actividades de acordo com regras e limites pré-definidos na estratégia, políticas e manuais internos;

- **Segunda linha de defesa:** Gestão do Risco e *Compliance* – Unidades do Banco responsáveis pelo controlo e monitorização do risco e que garantem o cumprimento integral da legislação, regras, códigos e normativos (externos e internos) em vigor;

- **Terceira linda de defesa:** Auditoria Interna – responsável pelas revisões independentes, monitorização, testes de eficácia e eficiência, testes de conformidade com as políticas e procedimentos de risco, reportando posteriormente os resultados, assegurando a avaliação regular da efectividade da estrutura de gestão do risco.

A Política de Gestão do Risco e o Perfil de Risco assume-se como o documento principal na actividade do Banco, sendo que o seu conteúdo tem sido revisto com periodicidade, no mínimo anual, e, caso seja necessário, efectua-se a respectiva actualização. Os riscos abaixo descritos, têm merecido por parte do Banco a devida atenção.

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO
Risco de Crédito	O risco proveniente do incumprimento dos compromissos financeiros contratualmente estabelecidos, por parte de um mutuário ou de uma contraparte nas operações.
Risco de Estratégia	O risco proveniente de alterações adversas no ambiente de negócios, da incapacidade de resposta a estas alterações e de decisões de gestão estratégica inadequadas.
Risco de Liquidez	O risco proveniente da incapacidade da Instituição cumprir as suas responsabilidades quando estas se tornarem exigíveis.
Risco de Mercado	O risco proveniente de movimentos nos preços de obrigações, acções ou mercadorias (*commodities*), de movimentos da taxa de câmbio e da taxa de juro. O risco de mercado contempla: · **Risco de Taxa de Câmbio:** o risco proveniente de movimentos nas taxas de câmbio que alteram as posições cambiais do Banco, devido à existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas; · **Risco de Taxa de Juro:** o risco proveniente de movimentos nas taxas de juro que provocam desfasamentos no montante, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro observadas nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar.
Risco Operacional	O risco proveniente da inadequação dos processos internos, pessoas ou sistemas, possibilidade de ocorrência de fraudes, internas e externas, bem como dos eventos externos. O risco de mercado contempla: · **Risco de Sistemas de Informação:** risco proveniente de violações ou incumprimento de leis, regras, regulações, contractos, práticas prescritas ou standards éticos; · **Risco de compliance:** risco proveniente da inadequação das tecnologias de informação em termos de processamento, integridade, controlo, disponibilidade e continuidade, proveniente de estratégias ou utilizações inadequadas.
Risco Reputacional	O risco proveniente da percepção adversa da imagem da Instituição por parte de clientes, contrapartes, accionistas, investidores, supervisores e opinião pública em geral.

Em linha com o Aviso do BNA nº 02/2013 de 19 de Abril, Assunto: Controlo Interno, Capitulo III - Sistema de Gestão de Risco, o Banco BIR definiu uma política de gestão do risco operacional, aprovada pela Administração, que compreende o uso da matriz de risco e controles como ferramenta no processo de administração desse risco.

No BIR a identificação e avaliação do risco operacional realiza-se mediante a análise dos processos do Banco e da informação gerada pelos órgãos do mesmo, nomeadamente no reporte permanente das diferentes Unidades Orgânicas sobre eventos com risco operacional ocorridos (incluindo reclamações de Clientes), por forma a identificar situações que necessitem de imediata correcção.

❖ AUDITORIA INTERNA

É da responsabilidade do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) monitorizar o sistema de controlo interno do Banco através do desenvolvimento de acções de avaliação para aferir sobre a sua adequação e eficácia, propondo e reportando ao Conselho de Administração, medidas para a melhoria do sistema quando identificadas deficiências na sua concepção ou implementação.

O Gabinete de Auditoria Interna deverá, em articulação com a Direcção de Gestão de Risco, elaborar recomendações para melhoria do sistema de controlo interno. O Gabinete de Auditoria Interna e a Direcção de Gestão de Risco deverão igualmente colaborar com os auditores externos no âmbito das revisões periódicas aos créditos concedidos e no acompanhamento das suas recomendações

É da competência do Gabinete de Auditoria Interna apresentar aos órgãos de administração e aos órgãos de fiscalização o relatório anual daa função Auditoria Interna, com uma síntese das principais deficiências detectadas nas acções de controlo, bem como indicar e identificar recomendações.

As acções de auditoria têm tido um papel importante na avaliação do cumprimento e da adequação dos processos de negócio do Banco que são um dos pilares do sistema de gestão do risco operacional do Banco.

Ao longo deste ano foram aprovadas e publicadas as Politicas e Regulamentos de Auditoria Interna.

❖ COMPLIANCE

O Gabinete de *Compliance* tem como missão contribuir para a prevenção e a mitigação dos "Riscos de *Compliance*", que se traduzem no risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas bancárias, promovendo o respeito entre os seus Colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas do Banco. Os "Riscos de *Compliance*" abrangem, além do risco de incumprimento legal, o risco de abuso de mercado e o risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

É da responsabilidade do Gabinete de *Compliance* cooperar com os órgãos de administração e de gestão no sentido de assegurar que as actividades do Banco BIR se desenvolvem em conformidade com as leis e os regulamentos que disciplinam a actividade financeira, bem como com as políticas e normativos internos, de modo a evitar o risco de se incorrer em sanções ou prejuízos, quer financeiros, quer a nível de imagem e reputação.

É ainda da sua competência a coordenação, gestão e salvaguarda da boa execução dos procedimentos e do Programa na Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, pela disseminação do Código de Conduta – Ética, por assegurar a conformidade com leis nacionais e internacionais, normas e políticas internas, pela colaboração para análise de novos negócios, relação com Órgãos Reguladores e Fiscalizadores e com as auditorias interna e externa, bem como, na prevenção do abuso de mercado.

O controlo e prevenção de actividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo (BC/FT) continuam a constituir uma área de relevo, requerendo um escrutínio das operações e um acompanhamento constante das actualizações regulares das normas emitidas pela autoridade de supervisão bancária e por outras entidades nacionais e estrangeiras.

Dentre outros projectos, em 2016 este Gabinete acompanhou a implementação dos normativos e processos de negócio do Banco, tendo em vista o cumprimento das novas exigências preventivas em matéria de BC/FT que decorrem do Aviso do Banco Nacional de Angola.

8 – PERSPECTIVAS PARA 2017

Para o ano de 2017, o Banco irá manter as linhas estratégicas definidas, embora com alguns ajustes que consiste em adoptar e prosseguir com acções alinhadas, com a ambição na consolidação do reforço do negócio, de forma a sustentar a operacionalidade da instituição.

A abertura de um balcão na província de Luanda faz parte da estratégia de consolidação e crescimento do Banco, que continuará a ter como principal foco o sector do agronegócio, não deixará de prestar atenção especial as seguintes questões:

(i) reforçar os capitais próprios do Banco; (ii) expandir a rede com; (iii) alavancar a marca com uma política consistente e adequada de marketing e comunicação; (iv) optimizar e ajustar a estrutura organizacional, regulamentar e os recursos humanos (vi) melhorar os processos e tecnologias de suporte operacional; (vi) alavancar a carteira de crédito; (vii) fortalecer a vertente da banca comercial (viii) iniciar a implementação da área banca de investimento e, (ix) captar fundos e ou linhas de financiamento que permitam alavancar o negócio no foco definido, através da formalização de acordos com instituições de financiamento ao desenvolvimento.

Prevendo-se que se continuarão a registar alterações regulamentares, neste cenário económico nacional e internacional, o Banco terá que dar atenção redobrada a: (i) exigências de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, (ii) estrutura e métodos do sistema de controlo interno, (iii) métodos de gestão e quantificação de riscos e, (iv) outros relacionados com a obrigatoriedade de adopção das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS, em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos, que não se encontrem estabelecidos no CONTIF.

Não obstante o contexto adverso verificado o Banco continua optimista quanto a evolução do seu posicionamento estratégico em relação ao foco de negócio, que se encontra alinhado à necessidade premente do País, no que diz respeito a diversificação da economia.

9 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

❖ PRINCIPAIS INDICADORES DO EXERCÍCIO 2016

DESCRITIVO	2016	2015
Activo Total	4.346.956	1.469.126
Crédito Bruto	168.969	175.133
Depósitos de Clientes	2.788.432	298.948
Produto Bancário	298.521	15.941
Margem Financeira	66.180	10.961
Resultado Líquido	-493.811	-979.706
Fundos Próprios Regulamentares	1.233.441	782.860
Rácio de Solvabilidade	27,91%	94,31%
Rendibilidade do Activo Total (ROA)	-11,36%	-66,69%
Rendibilidade dos Fundos Próprios (ROE)	-16,74%	-90,30%
Rácio de Transformação	6,06%	58,58%
Nº Balcões	1	1
Nº ATM	2	2
Nº Colaboradores	35	32

Montantes expressos em milhares de kwanzas, excepto quando indicado em percentagem

❖ BALANÇO

Milhares Akz

ACTIVO	NOTA	2016	2015
DISPONIBILIDADES	4	2,295,625	346,213
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	1,186,909	19,540
OPERAÇÕES CAMBIAIS		3,798	79
CRÉDITOS	6	167,208	173,382
Créditos		168,969	175,133
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-1,761	-1,751
OUTROS VALORES	7	372,893	532,633
IMOBILIZAÇÕES	8	320,526	397,279
Imobilizações Financeiras		59,264	41,337
Imobilizações Corpóreas		77,486	95,149
Imobilizações Incorpóreas		183,776	260,793
TOTAL ACTIVO		4,346,959	1,469,126
DEPÓSITOS	9	2,788,432	298,948
Depósitos à Ordem		2,725,088	265,300
Depósitos a Prazo		63,344	33,648
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	10	4,625	1,256
OPERAÇÕES CAMBIAIS		46,916	618
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	30,503	83,313
TOTAL PASSIVO		2,870,476	384,135
FUNDOS PRÓPRIOS	12	1,476,483	1,084,991
CAPITAL SOCIAL		2,950,000	2,064,697
RESULTADO TRANSITADO		-979,706	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-493,811	-979,706
TOTAL PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		4,346,959	1,469,126

❖ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Milhares Akz

	NOTA	2016	2015
MARGEM FINANCEIRA		66,180	10,961
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	13	69,929	11,392
Proveitos de Aplicações de Liquidez		25,423	9,696
Proveitos de Títulos e valores mobiliários		24,279	894
Proveitos de Créditos		20,227	802
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	13	-3,749	-431
Custos de Depósitos		-3,749	-431
Resultados de Operações Cambiais		111,128	1,839
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		121,223	3,141
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e prestação de Garantias		-9	-1,751
RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		298,522	14,190
PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS			
(-) Custos Administrativos e de Comercialização		-788,367	-993,896
Pessoal	14	-415,484	-291,875
Fornecimentos de Terceiros	15	-255,430	-630,920
Impostos e Taxas Não incidentes sobre o resultado		-2,751	-633
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		-3,832	-92
Outros Administrativos e de Comercialização		-1,866	-4,460
Depreciações e Amortizações	8	-109,004	-65,916
RESULTADO OPERACIONAL		-489,845	-979,706
Resultado não operacional		-3,966	0
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		-493,811	-979,706
(-) Encargos sobre o resultado corrente		0	0
RESULTADO DO PERÍODO		-493,811	-979,706

❖ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

Milhares Akz

	Capital Social	Resultados transitados	RLE	Total fundos próprios
31.12.2015	2,064,697	0	-979,706	1,084,991
Aumento de capital	885,303	0	0	885,303
Transferência de resultados	0	-979,706	979,706	0
Resultado líquido do exercício	0	0	-493,811	-493,811
31.12.2016	2,950,000	-979,706	-493,811	1,476,483

❖ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Milhares Akz

	Descritivo	2016	2015
I	FLUXO DE CAIXA DA MARGEM FINANCEIRA	57.609	10.550
II	RECEBIMENTOS DE PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS	59.805	10.981
	Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	25.423	9.696
	Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliarios	16.921	483
	Recebimentos de Proveitos de Créditos	17.461	802
III	(-) PAGAMENTOS DE CUSTOS DE INTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS	-2.196	-431
	Pagamento de Custos de Depósitos	-2.196	-431
IV	FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	111.128	1.839
V	FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	121.223	3.141
VI	FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (I+IV+V)	289.960	15.530
	(-) Pagamentos de Custos Administractivos e de Comercialização	-811.424	-927.255
	(-) Pagamentos de Outros Encargos Sobre o Resultado	-6.583	-725
VII	RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	-818.007	-927.980
VIII	FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VI+VII)	-528.047	-912.450
	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	-1.179.552	-19.951
	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	0	-175.000
IX	FLUXOS DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	-1.179.552	-194.951
X	FLUXOS DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES	-130.731	-281.944
XI	FLUXOS DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM IMOBILIZAÇÕES	-32.251	-463.195
	Fluxo de Caixa das Imobilizações	-32.251	-463.195
XII	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (IX+X+XI)	-1.342.534	-940.090
	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	2.788.432	298.948
	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	111.130	539
XIII	FLUXOS DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.899.562	299.487
XIV	FLUXOS DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS	885.303	1.814.697
XV	Recebimentos por Aumentos de Capital	885.303	1.814.697
	FLUXOS DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES	35.128	84.569
XVI	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XIII+XIV+XV+XVI)	3.819.993	2.198.753
XVII	SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	346.213	0
	SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	2.295.625	346.213
	VARIAÇÃO EM DISPONIBILIDADES (VIII+XII+XVII)	1.949.412	346.213

❖ NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras respeitam ao exercício de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016 (montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

1. Constituição e actividade

Por escritura pública de 05 de Novembro de 2013, foi constituído o Banco de Investimento Rural, de agora em diante designado por "Banco" ou "BIR".

O BIR é um banco regional, com sede na cidade de Malanje, e tem como objectivo a actividade bancária, apoiando as pequenas e médias empresas e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da região. O início da actividade operacional do Banco ocorreu a 28 de Fevereiro de 2015.

No que se refere à estrutura accionista, o Banco é detido por capitais privados de residentes nacionais.

2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

2.1 Comparabilidade da Informação

As Demonstrações Financeiras do exercício 2016, são comparadas ao período anterior, de 28 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

2.2 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em Kwanzas (AKZ) no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, e de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, conforme definido no Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras e notas anexas relativas ao exercício de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de Março de 2017 e é expectativa do Conselho de Administração que sejam aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2.2.1 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (Akz), conforme Aviso nº 15/2007, Art. 5º do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2016, o câmbio face ao Akz da principal divisa a que o Banco se encontrava exposto (dólar americano), é de 165,9026.

3. Principais Políticas Contabilísticas

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

3.1 Especialização dos Exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3.2 Actualização monetária

De acordo com o Aviso nº2/2009 do Banco Nacional de Angola, no caso de existir inflação, as instituições financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da alteração do poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aos saldos de capital reservas e resultados transitados. Considera-se hiperinflação se a taxa acumulada de inflação durante 3 anos se aproximar ou exceder 100%.

3.3 Transacções em Moeda Estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola.

A taxa de câmbio utilizada no final do período para a conversão em Kwanzas da principal moeda estrangeira, o Dólar Americano, foi aquela que está mencionada na nota nº 2.2.1.

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de "Operações cambiais" do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

3.4 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e atendendo às suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

a) Títulos para negociação;
b) Títulos disponíveis para venda; e
c) Títulos mantidos até ao vencimento.

Na categoria títulos para negociação são registados aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.

Na categoria títulos disponíveis para venda são registados aqueles com o propósito de serem eventualmente negociados e, por consequência, não se enquadram nas demais categorias.

Na categoria títulos mantidos até ao vencimento são registados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banco para mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e disponíveis para venda são registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente, ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida (i) da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos para negociação; (ii) da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos ao resultado do período, somente aquando da venda definitiva ou reconhecimento de imparidade.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados.

As perdas de carácter permanente em Títulos e Valores Mobiliários são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

De acordo com o CONTIF, o Banco classifica os títulos e valores mobiliários em ordem crescente de riscos, de acordo com os mesmos critérios de provisionamento definidos para o crédito, nos seguintes níveis:

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

3.5 Crédito

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

3.6 Provisões para riscos de crédito

A política de constituição de provisões para riscos de crédito foi alterada, com efeitos a partir de 31 de Março de 2008, com entrada em vigor do Aviso nº 9/07, de 12 de Setembro (posteriormente revogado pelo Aviso 03/2012, de 28 de Março).

As normas mencionadas no referido Aviso 03/12, de 28 de Março estabelecem provisões específicas e definem os seguintes critérios para a constituição de provisões de créditos:

Classificação das operações e provisões

Nos termos do Aviso nº 12/2014 e Instrutivo 09/2015, resulta da soma algébrica da provisão para a posição em risco com a respectiva provisão para o risco-país, que não pode ser superior ao valor da posição em risco, calculado da seguinte forma:

$$\boldsymbol{Provisão} = \left(\boldsymbol{e}_{\%} + \boldsymbol{P}_{\%}\right) * \boldsymbol{V}_{\boldsymbol{posição\ em\ risco}}$$

No apuramento do ponderador da posição em risco, as operações são classificadas de "A" até "G"de acordo com os critérios definidos no Aviso nº 12/2014 assim como pela especificidade da garantia associada à posição em risco.

Risco	Nível de Risco	Dias de Atraso
Nulo	A	Até 15
Muito Reduzido	B	15 a 30
Reduzido	C	30 a 60
Moderado	D	60 a 90
Elevado	E	90 a 150
Muito Elevado	F	150 a 180
Perda	G	Superior a 180

Tabela 1 – Ponderadores de posição em risco (e%)

Classificação da Posição em Risco	Sem Garantias	Com Garantias					
		Pessoal	Real				
			Hipotecária				
			Crédito Habitação		Outros Fins	Finannceiras	Não Financeira
			Posição em Risco > 75% Garantias	Posição em Risco ≥ 75%			
A	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
B	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
C	5%	5%	2%	2%	5%	2%	5%
D	30%	20%	5%	15%	20%	10%	20%
E	50%	30%	15%	25%	30%	20%	30%
F	70%	60%	45%	55%	60%	50%	60%
G	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

No apuramento do ponderador para risco país, as operações devem ser alocadas ao grupo de países (de acordo com os critérios definidos no Aviso 01/2015, de 21 de Janeiro). A cada grupo de países corresponde um ponderador conforme referido na tabela abaixo:

Ponderadores de risco-país da posição em risco (p%)	
Grupo de País	**Ponderador de risco-país(p%)**
1	0,00%
2	0,25%
3	3,50%
4	5,00%
5	10,00%

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente e em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

A classificação de cada operação de crédito é revista anualmente, através de uma reaferição/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

Sem prejuízo da revisão anual, o Banco revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do principal ou dos encargos, observando-se que a classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

3.7 Imobilizações financeiras

Participações em Coligadas e Associadas

As participações em coligadas e associadas incluem as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou participada). Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual posteriormente é ajustado com base na percentagem efectiva do Banco, nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em Outras Sociedades

As participações financeiras em outras sociedades, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

3.8 Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, neste estão incluídos os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

Descrição	Anos de Vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3 a 25
Equipamento informático	3 a 6
Viaturas	4
Outras imobilizações	2 a 10

São registadas como Imobilizações Incorpóreas os custos de aquisição e desenvolvimento de Software, utilizados em processamento de dados, os gastos inerentes à constituição, organização, reestruturação, expansão e/ou modernização do Banco, o goodwill pago na aquisição, as benfeitorias em imóveis de terceiros, e os produtos em desenvolvimento classificáveis como activos. As Imobilizações Incorpóreas registam-se pelo custo de aquisição e são amortizadas linearmente durante a sua vida útil estimado com base na tabela de amortização vigente.

Os gastos incorridos na fase da pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos não são reconhecidos como activos intangíveis, mas directamente como custos em resultados.

3.9 Provisões e Contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.10 Impostos sobre lucros

O BIR encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada à taxa de imposto industrial aplicável de 30%.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02,de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de tributação em sede de Imposto Industrial, de acordo com o previsto da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo Código, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos.

Os impostos diferidos, activos e passivos, são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os mesmos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

O Banco está ainda sujeito ao pagamento de IPU, à taxa de 0,5% sobre o valor patrimonial dos imóveis que se destinem ao normal funcionamento da actividade do Banco, conforme definido na Lei nº18/11 de 21 de Abril.

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

O Decreto Legislativo Presidencial nº 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações, operações de cedência de liquidez e juros de Títulos do Banco Central.

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81º do Código do Imposto Industrial.

3.11 Redução no Valor Recuperável de Activos (Imparidade)

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade, o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

a) Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
c) Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
d) Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor do mercado;
e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
f) Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
g) Indicação que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

4. Disponibilidades

O valor desta rúbrica é composto por:

Milhares Akz

Disponibilidades	2016	2015
Valores em tesouraria em moeda nacional	36.526	12.932
Disponibilidades no Banco Central em moeda Nacional	1.868.647	321.908
Disponibilidades em instituições financeiras no estrangeiro	390.452	11.373
Total	**2.295.625**	**346.213**

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias mínimas e outras responsabilidades efectivas não sendo os mesmos remunerados.

As reservas obrigatórias são apuradas actualmente nos termos do disposto do Instrutivo nº 02/2016, de 11 de Abril, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

5.Títulos e valores mobiliários

Milhares Akz

Títulos e Valores Mobiliários	2016	2015
Títulos mantidos até ao vencimento		
Obrigações do Tesouro - Indexado ao Dólar (OTX)	700.105	0
Bilhetes do Tesouro (BT)	479.446	19.128
Juros a receber OTX	758	0
Juros a receber BT´s	6.600	412
Total	**1.186.909**	**19.540**

O Banco realizou, no exercício de 2016, um aumento de capital total de mAkz 885.303 sendo que mAkz 600.000 foram realizados em espécie, nomeadamente pela cedência de Títulos do Tesouro indexados ao USD e o restante em dinheiro (Kwaznas). Os Títulos do Tesouro foram alienados aos actuais accionistas por um potencial novo accionista tendo os actuais accionistas a obrigação de liquidação do valor dos títulos cedidos no exercício de 2017 (em Kwanzas ou pela cedência de parte do capital social do Banco). O registo desta operação a 31 de Dezembro de 2016 foi aprovado pelo regulador. A operação teve data de realização a 5 de Janeiro de 2017 mas foi autorizado pelo Banco Nacional de Angola o registo da operação com data-valor a 31 de Dezembro de 2016.

6. Crédito

O valor desta rúbrica é composto por:

Milhares Akz

Moeda Nacional	2016	2015
Crédito empresas	166.203	175.000
Juros corridos	2.766	133
Crédito a clientes bruto	**168.969**	**175.133**
Provisões para crédito	-1.761	-1.751
Total	**167.208**	**173.382**

A 31 de Dezembro de 2016, a carteira de crédito a clientes é composta apenas por dois créditos concedidos ao sector imobiliário. As operações de crédito foram classificadas pelo Banco inicialmente com nível de risco B tendo consequentemente um nível de provisionamento de 1%.

A 31 de Dezembro de 2016, não existem capital ou juros vencidos.

7. Outros valores

O valor desta rúbrica é composto por:

	Milhares Akz	
Outros Valores	2016	2015
Adiantamento a accionistas	99.000	250.000
Adiantamento a fornecedores	252.483	239.091
Operações a regularizar	21.374	37.461
Outros	36	6.081
Total	**372.893**	**532.633**

Durante o exercício de 2016 os accionistas liquidaram mAkz 151.000 sendo expectável que em 2016 sejam liquidados os restantes mAkz 99.000.

O saldo de adiantamento a fornecedores está 100% colaterizado com um imóvel hipotecado a favor do Banco.

8. Imobilizações

O valor desta rúbrica é composto por:

Imobilizações	2016					
	Saldo 31.12.2015	Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações financeiras	**41,337**	**17,927**	**0**	**0**	**0**	**59,264**
EMIS	41,237	17,927	0	0	0	59,164
ABANC	100	0	0	0	0	100
Imobilizado corpóreo	**120,799**	**6,619**	**-736**	**-23,546**	**-49,196**	**77,486**
Mobiliário e material	40,577	1,170	0	-5,584	-9,260	32,487
Máquinas de uso administrativo	13,116	2,911	0	-2,199	-4,092	11,935
Equipamento informático	45,465	2,163	0	-10,070	-21,257	26,371
Instalações e interiores	1,464	0	0	-146	-268	1,196
Equipamento de transmissão	1,077	375	0	-220	-434	1,018
Equipamento de transporte	16,740	0	0	-5,090	-13,553	3,187
Património artístico	509	0	0	-102	-136	373
Outros equipamentos	1,851	0	-736	-135	-196	919
Imobilizado incorpóreo	**301,059**	**8,442**	**0**	**-85,458**	**-125,725**	**183,776**
Sistema de tratamento de dados	240,210	8,442	0	-81,580	-115,199	133,453
Despesas de constituição	9,552	0	0	-3,158	-9,806	-254
Benfeitora em imóveis de terceiros	720	0	0	-720	-720	0
Marcas e patentes	50,577	0	0	0	0	50,577
Total Imobilizado	463,195	32,988	-736	-109,004	-174,921	320,526

Imobilizações	2015			
	Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações financeiras	**41,337**	**0**	**0**	**41,337**
EMIS	41,237	0	0	41,237
ABANC	100	0	0	100
Imobilizado corpóreo	**120,799**	**-25,650**	**-25,650**	**95,149**
Mobiliário e material	40,577	-3,676	-3,676	36,901
Máquinas de uso administrativo	13,116	-1,893	-1,893	11,223
Equipamento informático	45,465	-11,187	-11,187	34,278
Instalações e interiores	1,464	-122	-122	1,342
Equipamento de transmissão	1,077	-214	-214	863
Equipamento de transporte	16,740	-8,463	-8,463	8,277
Património artístico	509	-34	-34	475
Outros equipamentos	1,851	-61	-61	1,790
Imobilizado incorpóreo	**301,059**	**-40,266**	**-40,266**	**260,793**
Sistema de tratamento de dados	240,210	-33,619	-33,619	206,591
Despesas de constituição	9,552	-6,648	-6,648	2,904
Benfeitora em imóveis de terceiros	720	0	0	720
Marcas e patentes	50,577	0	0	50,577
Total Imobilizado	**463,195**	**-65,916**	**-65,916**	**397,279**

9. Depósitos

O valor desta rúbrica é composto por:

Milhares Akz

Depósitos em moeda nacional	2016	2015
Depósitos à ordem	2.725.088	265.300
Depósitos a prazo	63.344	33.648
Total	**2.788.432**	**298.948**

Em 31 de Dezembro de 2016, a rúbrica depósitos é composta por m Akz 1.875.908 referente a depósitos de clientes do sector empresarial, sendo de m Akz 912.524 de depósitos de clientes privados.

Em 31 de Dezembro de 2016, os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros às taxas médias anuais de 5,98%.

10. Obrigações no sistema de pagamentos

O valor desta rúbrica é composto por:

	Milhares Akz	
Obrigações no sistema de pagamentos	2016	2015
Cheques e ordens a pagar	0	406
Outros passivos a regularizar	4.625	850
Total	**4.625**	**1.256**

A 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de outros passivos a regularizar representa o valor das ordens de pagamento pendentes de liquidação, decorrentes da actividade normal do Banco.

11. Outras obrigações

O valor desta rúbrica é composto por:

	Milhares Akz	
Outras obrigações	2016	2015
Outras obrigações de natureza fiscal	5.895	874
Outras obrigações de natureza civel	928	59.118
Outras obrigações de natureza administractiva	23.680	23.321
Total	**30.503**	**83.313**

As outras obrigações de natureza cível dizem respeito a saldos a liquidar junto de fornecedores.

12. Fundos próprios

O valor desta rúbrica é composto por:

	Milhares Akz	
Fundos Próprios	2016	2015
Capital social	2,064,697	2,064,697
Aumento de capital	885,303	0
Resultado transitado	-979,706	0
Resultado do período	-493,811	-979,706
Total	**1,476,483**	**1,084,991**

O aumento de capital social subscrito no valor de 885,303 mAkz, foi integralmente realizado em 2016, ascendendo o Capital Social para mAkz 2.950.000. O aumento de capital foi realizado em Kwanzas e títulos indexados ao USD (ver nota 5).

A estrutura accionista do Banco a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, conforme escritura pública datada de 7 de Fevereiro de 2017, assinada com o novo aumento de capital, é a que se segue:

Accionistas	Participação
Hélder Marcos Nunes da Silva	20%
Joana da Paixão Franco	20%
João Henriques Pereira	20%
Manuel João Fonseca	20%
Valdomiro Minoru Dondo	20%
	100%

13. Margem financeira

O valor desta rúbrica é composto por:

	Milhares Akz	
	2016	2015
Proveitos de instrumentos financeiros activos	**69.929**	**11.392**
Proveitos de aplicações de liquidez	25.423	9.696
Proveitos de títulos e valores mobiliários	24.279	894
Proveitos de crédito a clientes	20.227	802
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos	**-3.749**	**-431**
Custos de depósitos de clientes	-3.749	-431
MARGEM FINANCEIRA	**66.180**	**10.961**

14. Custos com pessoal

O valor desta rúbrica é composto por:

	Milhares Akz	
Custos com pessoal	**2016**	**2015**
Retribuição base	**-277.164**	**-218.212**
Subsídios	**-114.243**	**-59.611**
Segurança Social	**-22.489**	**-13.844**
Outros custos	-1.588	-208
Total	**-415.484**	**-291.875**

O número de colaboradores em 2015 era de 32 e, no presente exercício, ascenderam para 35.

15. Fornecimentos de Terceiros

O valor desta rúbrica é composto por:

Milhares Akz

Fornecimentos e Serviços de Terceiros	2016	2015
Comunicações	-73.981	-33.437
Água e Energia	-2.589	-165
Transportes, Deslocações e Alojamentos	-4.389	-15.181
Publicações, Publicidade e Propaganda	-3.604	-400
Segurança. Conservação e Reparação	-23.437	-16.218
Auditorias, Assessoramento, Consultorias e Out. Serviços Téc. Espe	-73.181	-534.623
Seguros	-7.915	-4.685
Alugueres e Rendas	-48.580	-14.591
Materiais Diversos	-16.781	-11.578
Outros Fornecimentos de Terceiros	-973	-42
Total	**-255.430**	**-630.920**

16. Saldos com entidades relacionadas

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, com excepção do saldo a receber dos accionistas mencionado na nota 7, não existem saldos materiais com entidades relacionadas.

17. Balanços por moeda

A 31 de Dezembro de 2016 o Banco não tem saldos no balanço em moeda estrangeira materialmente relevantes.

18. Eventos subsequentes

Entre 31 de Dezembro de 2016 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.

Realçamos contudo, que em conformidade com o Aviso 06/2016 do Banco Nacional de Angola, aprovado em Diário da Republica a 22 de Junho de 2016, a partir de 1 de janeiro de 2017 o Banco deve elaborar as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como emitidas pelo IASB e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas e no Instrutivo 20/2016 do BNA.

A Administração do Banco considera que a aplicação das IAS / IFRS em 1 de janeiro de 2017 às suas demonstrações financeiras não irá originar impactos significativos.

10 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Banco de Investimento Rural , S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Investimento Rural , S.A, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, que evidencia um total de 4.346.959 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 1.476.483 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido negativo de 493.811 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração das mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário (CONTIF) e outras disposições específicas emitidas pelo Banco Nacional de Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Pricewaterhouse Coopers (Angola), Limitada
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, n.º 3, 1º andar – sala 137, Luanda - República de Angola
T: +244 227 286 109, www.pwc.com/ao

Opinião

6 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Investimento Rural , S.A. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário (CONTIF) e outras disposições específicas emitidas pelo Banco Nacional de Angola

26 de Abril de 2017

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086

11 – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

do Banco de Investimento Rural, S.A.

Nos termos da Lei e do mandado conferido ao Conselho Fiscal do Banco de Investimento Rural, S.A., em conformidade com o artigo 28º e alínea g) do Artigo 30º dos seus estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida, bem como, o parecer sobre o balanço, as demonstrações de resultados e os anexos apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

1. O Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e extensão que considerou adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade da informação contabilística e financeira e o cumprimento das normas legais e estatutárias.
   Foram obtidas, sempre que solicitadas, as informações adicionais esclarecedoras do Conselho de Administração em reuniões informais que foram mantidas com este órgão e com o pelouro da Contabilidade.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício, recolheu informação sobre o relacionamento do Banco, com a Direcção de Supervisão do Banco Nacional de Angola e a Administração Geral Tributária do Ministério das Finanças, no cumprimento das obrigações legais.

3. O Conselho Fiscal esteve presente na reunião de apresentação ao Conselho de Administração das considerações finais do Auditor Externo.

4. O Conselho Fiscal apreciou o relatório do controlo interno, bem como o relatório de "Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno de 2016", tendo emitido o parecer favorável.

5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

   - O Balanço, as Demonstrações dos Resultados e de alterações no capital próprio e respectivos Anexos;
   - O Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração;

São adequados à compreensão da situação patrimonial do banco e à forma como se desenvolveu a actividade no exercício.

6. Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

   - Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 bem como a proposta nele expressa.
   - Aprove as Contas do exercício de 2016 bem como a Aplicação do seu Resultado.

Luanda, 25 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

Presidente

Faustino Mpemba Madia

Vogal

Carlos Ferraz

Vogal

Nuno Barros